

***Darcilia M. P. Simões
(Org.)***

***Semiótica, Linguística e
Tecnologias de
Linguagem.***

Homenagem a Umberto Eco.

2013



Copyright @ 2013 Darcilia Simões

Publicações Dialogarts

<http://www.dialogarts.uerj.br>

Organizadora e Editora do volume:

- Darcilia Simões — <http://www.darciliasimoes.pro.br>

Co-coordenador do projeto:

- Flavio García — <http://www.flaviogarcia.pro.br>

Coordenador de divulgação:

- Cláudio Cezar Henriques — claudioc@globo.com

Diagramação: Equipe Labsem — labsem.uerj@gmail.com

Capa:

- Carlos Henrique Braga Brandão — pedra.henrique@gmail.com

Revisão e preparação de textos:

- Érica de Freitas Goes — erigoes91@gmail.com
- Jessica Juliana Silva Bezerra — jessica.julli@gmail.com

Logo *Dialogarts*:

- Gisela Abad — gisela.abad@gmail.com

**Centro de Educação e Humanidades
UERJ — DEPEXT — SR3 — *Publicações Dialogarts***

Darcilia M. P. Simões (org.)

FICHA CATALOGRÁFICA

D410	Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco. Darcilia M. P. Simões (Org.). Rio de Janeiro: Dialogarts, 2013.
	Publicações Dialogarts
	Bibliografia.
	ISBN 978-85-8199-009-5
	1. Linguística 2.Semiótica. 4. Linguagens e Códigos. I. Simões, Darcilia; (org.) - I - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. II - Departamento de Extensão. III. Título.
	CDD. 400.407

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-8199-009-5



9 788581 990095

Correspondências para:

UERJ/IL - a/c Darcilia Simões

R. São Francisco Xavier, 524 sala 11.139-F

Maracanã - Rio de Janeiro: CEP 20 569-900

Contatos: dialogarts@oi.com.br

darciliasimoes@gmail.com

flavgarc@gmail.com

URL: <http://www.dialogarts.uerj.br>

Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
PARTE 1 - SEMIÓTICA: REFLEXÕES TEÓRICAS	5
Construindo o amigo. Para uma semiótica da cooperação intercultural	15
Massimo Leone	
Semiótica Cognitiva: Fundamentos da Ciência dos Signos para o Estudo da Linguagem e da Cognição	52
Claudio Correia	
Leitura e Escrita na Era dos Tabletes. Da lousa escolar à biblioteca universal	78
Antonio Fidalgo	
Parte 2 - HOMENAGEM A UMBERTO ECO	104
Homenagem a Umberto Eco	105
Carmem L. P. Praxedes	
O ser e a Enciclopédia. Sobre a obra semiótica de Umberto Eco	119
Franciscu Sedda	
Autobiografia em Eco: Memória, Olvido e Invento	156
Cristine Conforti	
Lector in Fabula: Reflexões sobre Interpretação	195
Darcilia M. P. Simões	
Parte 3 - ENSINO DE PORTUGUÊS	218
Sobre a Formação de Professores de PLE no Contexto da Nova “Geração Lusofonia”	219
Alexandre do Amaral Ribeiro	
A Oferta Formativa em Portuguesa Língua Não Materna.	239
Maria João Marçalo, Paulino Adriano & Diocleciano Nhatuve	
Aquisição e Aprendizagem de L2: Ensino e Investigação	277
Paulo Osório	
Intertextualidade e Interdiscursividade em Charges, Tirinhas e Quadrinhos Midiáticos	296
André Crim Valente	
Aspectos Semióticos na Análise Estilística de O. M. Garcia	316

Darcília M. P. Simões (org.)

André Nemi Conforte	
Polifonia & Intertextualidade: Vozes que se Cruzam	334
Claudio Artur O. Rei	
Linguagens, Códigos e Tecnologias em Perspectiva: o Novo Paradigma	363
Lucia Deborah Araujo	
Polissemia em Textos Midiáticos	387
Marcelo Beauclair	
Estudo do <i>Estilo</i> como <i>Desvio</i> de Uma Norma	414
Maria Aparecida Barbosa	
Aula de Português	426
Vania L. R. Dutra & Magda B. Schlee	
Parte 4 - CÓDIGOS, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS	443
<i>Design</i> Instrucional para Material Didático na Web: Relato de uma Experiência	444
Maria Cristina Pfeiffer, Sandra M. de Vasconcellos & Gabriel Cruz	
Língua & linguagem em rede	465
Maria Suzett Biembengut Santade & Luiza A. de Moraes	
Educação a Distância: o Processo e de Interação Autoria em <i>EAD</i> na Perspectiva da Linguagem	479
Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu	
Libras e Linguística: do Dito pelo Não Dito.	497
Denilson P. de. Matos	
Perfil dos autores	387

Darcília M. P. Simões (org.)

O SER E A ENCICLOPÉDIA. SOBRE A OBRA SEMIÓTICA DE UMBERTO ECO⁶²

BEING AND THE ENCYCLOPAEDIA. ON UMBERTO ECO'S SEMIOTIC WORK

Franciscu Sedda

E-mail: sedda@lettere.uniroma2.it

Università di Roma "Tor Vergata"

Introdução

Recapitular ou resumir a obra inteira de Umberto Eco é tarefa evidentemente impossível, pela multiplicidade de tempos e de campos que o nosso autor percorreu, pela vastidão e complexidade dos temas que tratou, pela pluralidade de estilos e gêneros de escritura e conferências que fez. Mas, sobretudo, por que é simplesmente impossível sustentar o desafio com a sua imensa erudição e fineza de pensamento.

Aquilo que procuraremos fazer na nossa conferência é, então, focalizar-nos sobre um aspecto específico do seu percurso intelectual. Refletiremos, de fato, sobre como Umberto Eco deu forma à relação entre espaço semiótico e espaço extrassemiótico, analisando como esses dois espaços foram descritos no seu trabalho. Para tanto nos deteremos sobre algumas “tomadas de posição” do nosso autor que, do nosso ponto de vista, podem ser consideradas testemunhas das suas elaborações mais relevantes ou exemplares. Analisando o espaço extrassemiótico, como veremos, será importante por em discussão, mesmo que rapidamente, outros autores e pais da Semiótica: Peirce, Saussure, Greimas.

⁶² Tradução do original em Italiano de Carmem Praxedes (Professora Associada UERJ clpraxedes@yahoo.it).

Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco.

Analisando o *espaço semiótico*, ao invés, será grandemente interessante concentrar-nos sobre as mudanças internas ao trabalho de Eco: mudanças que assumem habitualmente a forma de esfumaturas terminológicas e conceituais, leves, mas decisivas no confrontar a exploração do campo semiótico-cultural.

Este breve passeio no vasto bosque equiano possui, então, diversos objetivos. Em primeiro lugar, se formos capazes disso, ele nos dará condições de traçar um percurso novo e pouco explorado na vasta obra de Umberto Eco, colocando à luz nós, remissões, relações entre trabalhos, conceitos, posições (de Eco e de outros) que merecem ser grandemente evidenciados.

Em segundo lugar, pode nos dar a oportunidade para algumas considerações gerais sobre a visão semiótica e sobre a visão de mundo que Eco desenvolve no tempo e através da escrita acadêmica.

Enfim, a nossa esperança é que quem tenha a paciência de nos acompanhar nesse caminho terá a oportunidade de apreciar ainda mais a fundo a complexidade e o valor da obra de Umberto Eco.

Pensar o Extrassemiótico⁶³

Cada semiótica tem a necessidade do seu *outro*. Para definir e constituir a si mesma, ela deve situar-se a *respeito* e em *relação* a um espaço extrassemiótico. Muito habitualmente esse situar-se acontece inadvertida ou sub-repticiamente. Outras vezes, em modo mais aberto e direto. Em cada caso, isso resulta fundamental para compreender a fundo o sentido e o valor de uma teoria semiótica.

Quais são então as figuras e as formas do espaço extrassemiótico na obra de Umberto Eco?

Aquilo que delinearemos é a passagem de um *realismo positivo* (que permanece, todavia, como fundo) a um *realismo negativo* explicitamente assumido e argumentado, passando por um realismo pragmaticista, o qual, por motivos que veremos, tentaremos redefinir também como *realismo repositivo*. Como se verá, esses três momentos realistas vivem de continuidades e rupturas, ou, ainda melhor, de deslizamentos que instauram uma nova posição teórica, esfumando e amortecendo a tomada de posição precedente.

⁶³ Esta primeira parte se baseia nas análises e resultados expostos em Sedda: 2012, em que o pensamento de Eco era estruturado a partir do tema da natureza em relação aos trabalhos de Peirce, Saussure, Greimas, Lotman e outros. Os resultados daquele trabalho foram aqui revistos, desenvolvidos e aprofundados.

A ordem de uma moldura ausente (Tratado de Semiótica Geral)

O *Tratado de Semiótica Geral*, de 1975, sinaliza para Eco um primeiro e importante divisor de águas depois do percurso completado em trabalhos como *Obra Aberta* (1962), *A Estrutura Ausente* (1968), *As Formas do Conteúdo* (1971), *O Signo* (1973): “a partir de agora aceitarei discussões sobre os limites e as possibilidades da Semiótica somente com base nessas páginas”, diz Eco na abertura do livro (Eco, 1975, p.8).

A teoria semiótica equiana chega aqui em um primeiro ponto de síntese que tem no seu coração a tentativa de delinear uma visão da semiótica como *lógica geral da cultura*, através da contemporânea utilização de instrumentos conceituais derivados tanto da teoria estrutural (Saussure, Hjelmslev etc.) quanto daquela interpretativa (Peirce).

Se o espaço extrasemiótico, como veremos, vem à luz no *Tratado*, assumindo aspectos diversos e, às vezes, discrepantes – que se apresentam quase sempre em passagens marginais – o que se deve, portanto, com grande probabilidade, a essa dupla alma que o habita e anima. Uma dupla alma, à qual, de outro modo, se poderia também acrescentar a Semiótica das Culturas de matriz “Soviética”, que Eco havia introduzido na Itália conjuntamente a Remo Faccani, através do volume: *I sistemi di segni e lo strutturalismo sovietico* (FACCANI & ECO (Org.), 1969).

Cabe pensar na importante introdução ao volume intitulada *Verso una logica della cultura (Em direção a uma Lógica da Cultura)* que procura traçar os “limites naturais” da

Semiótica, as suas bases inferiores e superiores. Esses limites parecem ser limites móveis, negociáveis, intrinsicamente políticos e epistemológicos, mais que verdadeiras barreiras ontologicamente estáveis. Certo, segundo o percurso traçado dentro do livro, poder-se-ia pensar que o limite natural da Semiótica equiana do *Tratado* seja o mesmo corpo do sujeito⁶⁴ com a sua existência empírica, individual, material (ib. p. 376-77). E, todavia, em algumas passagens esse limite parece ser puramente relacional. É o próprio Eco que se põe a questão tocando no tema dos sinais e da informação física:

Estamos aqui considerando a *base inferior* da Semiótica: até a qual ponto esta base pode ser ultrapassada e, isto é, até a que ponto a Semiótica tem ainda o que fazer com simples sinais não ainda tornados 'significantes' de uma correlação (ou função) *signica*? (ib. p.35).

Uma pergunta que faz par com a consideração mais geral que introduz o tema dos *limites naturais do espaço semiótico*:

Com LIMITES NATURAIS se entendem [aqueles limites] além dos quais a pesquisa semiótica não pode ir, por que nesse caso se entraria em território não-semiótico, no qual aparecem fenômenos que não podem ser entendidos como funções *signicas*. Mas o mesmo termo poderia também cobrir um conjunto de fenômenos cuja semioticidade foi hostilmente negada sem muito fundamento (ib. p. 16-17).

⁶⁴ Aquela que mais adiante, na elaboração de Eco, se tornará a emersão da semiose da percepção sensível (Eco, 1997).

Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco.

Como se vê, aqui o limite entre o semiótico e o extrassemiótico não é marcado, uma vez por todas, por que tudo o que não resulta ser função sógnica não o é nos termos de um *dever-ser* que o faz extrassemiótico em uma forma essencial e atemporal, mas de um *não-poder-ser* contingente, devido a uma falta de elaboração semiótica ditada por vínculos “políticos” e “cognitivos”.

Confirmando tudo isso, pouco depois, encontramos uma das passagens decisivas da introdução, que tenta definir a *Semiótica in positivo* e no sentido mais geral possível:

A Semiótica tem relação com qualquer coisa, de modo que essa possa ser ASSUMIDA como signo. É signo cada coisa que possa ser assumida como um substituto significante de qualquer outra coisa. Essa qualquer coisa de outra maneira não deve necessariamente existir, nem deve subsistir de fato no momento em que o signo está em seu lugar. Nesse sentido, a semiótica, a princípio, é *a disciplina que estuda tudo aquilo que pode ser usado para mentir* (ib., p. 17).

A eficaz e famosíssima definição da Semiótica como “Uma teoria da ‘mentira’ abre-se todavia para uma segunda leitura, como as aspas, postas pelo próprio Eco na palavra “mentira”, podem sugerir: aquelas segundo as quais, se o espaço semiótico é o espaço de uma *mentira cultural*, por implicação, o espaço extrassemiótico seja o lugar de alguma *verdade objetiva*. Uma assertiva que é confirmada pelas mesmas elaborações nas margens do *Tratado*. A

Darcilia M. P. Simões (org.)

importantíssima passagem que segue é de fato posta *in nota* a um raciocínio geral sobre os códigos e os s-códigos:

O problema se a estrutura, assim definida, seja por se considerar uma realidade objetiva ou uma hipótese operacional, foi já amplamente discutido na *Estrutura Ausente*. Daquela discussão se mantêm aqui as conclusões e, portanto, cada vez que o termo [estrutura] for usado nesse livro, ele deve vir entendido como um modelo construído e posto com o fim de estandardizar diversos fenômenos por um ponto de vista unificado. É lícito supor que, se esses modelos funcionam, eles, de algum modo, reproduzem uma ordem objetiva dos fatos ou um funcionamento universal da mente humana. Aquilo que se quer aqui evitar é a assunção preliminar dessa frutuossíssima suposição como se fosse um princípio metafísico. (ib., p. 60).

A passagem não está ausente de uma certa vertiginosidade. *A ordem objetiva dos fatos* existe e pode ser até “de algum modo” *reproduzida* culturalmente (através de modelos estruturais) e, todavia, isso parece existir somente a posteriori, somente uma vez que se verificou a eficácia pragmática dessas mesmas estruturas no explicar o “real”. O todo sem contar que Eco, com grande fineza e antecipando diversos desenvolvimentos do seu pensamento, não fecha a porta à possibilidade de que “na realidade” isso que se está reproduzindo seja uma ordem de conteúdo em um outro espaço geral e exemplarmente considerado extrassemiótico: a *mente humana*.

Não é irrelevante notar como, em diálogo com Paul Ricoeur, o próprio Greimas, em uma fortíssima peroração da individualização e do fundamento das *estruturas* do percurso

gerativo, chegará a impulsionar até este delicado limite metafísico: “Se não temesse desaguar na metafísica, poderia dizer com certeza que se trata de propriedade da mente humana (...)” (In Ricoeur, Greimas, 2000, p. 85).

Retomando Eco, podemos dizer que *lendo o Tratado do início ao fim* parece se construir um percurso que, de uma posição puramente *relacionista*, chega a *realista*. Ao assunto inicial, de uma fronteira móvel entre mundo semiótico e extrassemiótico, no qual esse último pode se parecer com “*uma espécie de nebulosa de fatores extrassemióticos*” – para retomar o termo que Eco usa *en passant* para se referir a todas as situações *não (ainda) codificadas* (ib., p. 183-4) – segue aquele *realista* de um espaço extrassemiótico povoado por *referentes*, “coisas individuais” e “estados reais do mundo” – como dirá o mesmo Eco no fechamento do livro (ib., p. 377) – que parecem possuir uma própria *ordem objetiva*, ainda que isso apareça como tal somente *a posteriori*. Todavia, como demonstra também o espaço textual *liminar o periférico* (início, fim, notas de rodapé) em que essas referências ao extrassemiótico se manifestam e as precauções linguísticas que Eco utiliza (“de alguma maneira”, “uma espécie” etc.), o confronto direto com a temática da forma do espaço extrassemiótico permanece ao fundo, a qual se torna, por sua vez, uma moldura quase imperceptível, a ponto de se poder falar de uma *moldura ausente*.

Todavia essa moldura presente na sua ausência ou evanescência, ou revelada como ausente até mesmo no seu assistemático transparecer, não tardará a se manifestar no *Lector in fabula*. O plano de fundo irá se tornar, aqui, um

horizonte que pressiona para entrar naquele mundo semiótico cultural mentiroso, o qual no *Tratado* domina a cena inteira.

Realismo repositivo (*Lector in fabula*)

O livro *Lector in fabula* (daqui para frente apenas *Lector*), de 1979, é o primeiro texto em que Eco se defronta em modo explícito e completo com o pensamento de Peirce, colocando-o na base do seu fundamento semiótico daí para frente. A coisa surge em um modo particular no segundo capítulo intitulado, não ao acaso, “Peirce: os fundamentos semióticos da cooperação textual”.

O confronto com o realismo peirceano traz aquele tema que ficou às margens do *Tratado*, bem dentro da cena. É a hipótese somente acenada de uma “ordem objetiva dos fatos” *verificável*, ou tornada verdadeira, enquanto reproduzida (ou ainda melhor, *re-produzida*) através da semioticidade, é aqui desenvolvida partindo de um confronto com aquelas partes do pensamento de Peirce em que a *natureza* é entendida como espaço de regularidade. Isso se vê bem na longa citação seguinte em que o famoso exemplo peirceano da descrição de Lítio torna-se a demonstração de como o real extrasemiótico possa ser ao mesmo tempo *re-produzido verificado* e através do espaço semiótico:

Como também a natureza tem hábitos, e, isto é; leis e regularidades – “os princípios gerais são realmente operacionais *in natura*” (5.101) – o significado último (o interpretante final) de um signo é concebido como a regra geral que permite produzir ou verificar esse hábito cosmológico. Recordamos a definição de /lítio/: ela é conjuntamente à regra física que governa a produção de lítio e a disposição que devemos adquirir para produzir ocasiões da

Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco.

sua experiência da nossa parte. (...) Existem tendências gerais (regularidades cosmológicas) e existem regras operacionais que nos permitem verificá-las (FS, p. 45).

Como se pode ver Eco faz referência a uma passagem de *Metafísica* e *realismo*, de 1903, em que Peirce afirmava que “a doutrina do realismo escolástico” por ele proposta baseava-se sobre a ideia de que “os princípios gerais são operacionais por natureza” (Peirce: 2003, p. 1212). É a partir desse assunto que se impõe a necessidade – ou se oferece a possibilidade – de uma reduplicação do espaço das regularidades, um seu “refletir-se” dentro do espaço semiótico, de modo a poder separar aquelas regras operacionais que permitem, como já dissemos, de re-produzir e verificar – culturalmente – os hábitos cosmológicos da natureza.

Essa forma de realismo é definida por Eco como “*realismo pragmaticista*” ou “realismo não ingênuo” (ib., p. 45). Se essa definição é possível é exatamente por que Eco tinha introduzido a ideia de uma verificabilidade das tendências cosmológicas gerais, através de uma fórmula que parece modificar os assuntos de um realismo, que vê na realidade extrassemiótica o ponto de partida e de chegada da mesma semiose: “a realidade não é um simples Dado é antes Resultado” (ib., p. 43).

Do nosso ponto de vista, com esse movimento, Eco está na realidade procurando tornar produtiva a ideia de uma

Darcilia M. P. Simões (org.)

verificabilidade *a posteriori* do real. Ou ainda melhor, está procurando articular uma aporia de fundo na tentativa de relacionar, juntamente ao realismo maior de Peirce, a fundação de uma Semiótica que não abdica a si mesma. O que se vê muito bem nessa importante e elegante passagem em que a tensão entre semiótico e ontológico vem ao mesmo tempo articulada e reafirmada.

O Objeto Dinâmico está, semioticamente falando, à nossa disposição somente como conjunto de interpretantes organizados segundo um espectro componencial estruturado operacionalmente. Mas, enquanto pelo ponto de vista semiótico isso é o *possível objeto* de uma *experiência concreta*, do ponto de vista ontológico isso é o *objeto concreto* de uma *experiência possível* (ib., p.44).

O complexo raciocínio que Eco desenvolve no segundo capítulo do *Lector* parece então nos inclinar em uma aporia, pela qual o espaço semiótico não pode se fazer obrigado a nos reproduzir as tendências e as regularidades operacionais no espaço extrassemiótico, enquanto de fato as produz positivamente. Poder-se-ia falar então não tanto de um *realismo positivo*, quanto de um *realismo re-pro-positivo*, que pensa o semiótico como lugar de reproposição e ao mesmo tempo produção disso que está além de seus limites, *que produz o mundo que o motiva*.

Para dar-se conta da profundidade dessa *circularidade* dever-nos-íamos debruçar nas densas páginas que Eco dedica a “Os mundos possíveis como constructos culturais” e a “A construção do mundo de referência” (ib., p. 130-35) e que representam as passagens que de um ingênuo *realismo positivo* levam a um não ingênuo *realismo repositivo*, como tínhamos experimentado redefinir aquilo que Eco chama

realismo pragmaticista. Em poucas linhas Eco (ib., p. 131) passa de fato da distinção entre *mundo narrativo* e *mundo “real” da enciclopédia do leitor* (que um pouco mais à frente se torna também *mundo “real” de referência*) até a postular finalmente:

A necessidade metodológica de tratar o mundo “real” como um constructo, aliás, de mostrar que a cada vez que comparamos um curso possível de eventos para as coisas, assim como são, nós, de fato, estamos nos representando nas coisas assim como são sob a forma de constructo cultural, provisório e *ad hoc* (ib., p. 132).

Não é difícil notar como essa passagem represente profundamente o modo em que Eco experimentou anteriormente articular a aporia entre um realismo em que as coisas são “assim como são” e uma visão semiótica em que as coisas são “como a cultura as fez”.

Em outros termos, no momento em que Eco parece assumir como *dado* a ordem objetiva dos fatos – aquela natureza, com as suas regularidades, que no *Tratado* tinha ficado de fundo – ele atenua o valor imperativo disso tudo, experimentando relê-lo *contemporaneamente* como *resultado*, como fruto de uma *obra semiótica* que abre as portas do real, no sentido que ao mesmo tempo o revela e o inaugura.

Solução transitória e problemática, sobre as quais tornaremos, dado que no *Lector* a natureza extrassemiótica feita de regularidade é reproduzida e verificada por uma

Darcilia M. P. Simões (org.)

atividade semiótica que estando ao mesmo Eco (em continuidade com o *Tratado*) é uma máquina para a produção de contradições (ib., p.216).

Uma natureza que parece ser, um realismo negativo (Kant e o ornitorrinco)

Vimos que no *Lector* Eco tenha se apropriado (para depois torná-los mais complexos) de uma série de assertivas de Peirce, as quais se traduzem e podem ser resumidas através da ideia de que “a natureza tem seus hábitos, e isto é leis e regras...” e que “existem tendências gerais (regularidades cósmicas)...”.

Essas tomadas de posição, de 1979, podem ser colocadas em ressonância com uma passagem aparentemente semelhante, mas densa de diferenças, que o mesmo Eco nos propõe na abertura do livro *Kant e l'ornitorrinco* de 1997 (daqui para frente *L'ornitorrinco*).

Aqui de fato Eco nos diz que “Aprendemos pela experiência que a natureza *parece* apresentar tendências estáveis” (Eco, 1997, p. 38, grifo nosso).

Através dessa simples frase nos encontramos não somente diante da passagem da “Natureza” peirciana à “natureza” equiana, mas, sobretudo, a uma diversa conceptualização do espaço extrassemiótico que se opera através da transformação das suas regularidades e tendências da modalidade do *ser* àquela do *parecer* (em termos greimasianos, obviamente).

A simples introdução do “parecer” abre de fato para um deslizamento em direção a uma nova e complexa imagem do extrassemiótico que Eco oferece pela primeira vez no

Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco.

L'ornitorinco (1997), que permanece ainda hoje (cfr. Eco 2012) o maior êxito do seu pensamento: o *realismo negativo*.

Para se dar conta disso, necessitamos, entretanto, partir da constatação que no capítulo “Sobre o ser” de *L'ornitorinco* a natureza passa em segundo plano. E isso acontece por que ao tomar o seu lugar na relação da definição do *espaço extrassemiótico* é um dos seus equivalentes: o *ser*, precisamente, no seu confronto com a linguagem, com o “denominar” e o “dizer”. Essa equivalência, que é ao mesmo tempo uma contradição, pode ser deduzida desta passagem: “O que nos revelam os Poetas? Não é que eles *digam* o ser, eles procuram simplesmente emulá-lo: *ars imitatur naturam in sua operatione*” (ib., p. 22).

A diferença entre a tomada de posição de Eco do *Kant* e *l'ornitorinco* e daquela de Eco do *Lector in fabula* é evidente do resto nessa longa passagem:

É necessário evitar um mal entendido. Quando se fala da experiência de alguma coisa que nos obriga a reconhecer algumas linhas de tendência e de resistência, e a formular leis, não se pretende, de fato, dizer que essas leis representem adequadamente as linhas de resistência. (...) Afirmar que existem algumas linhas de resistência não significa ainda dizer, com Peirce, que existam leis universais operacionais *in natura*. A hipótese das leis universais (ou hipótese de uma lei específica) é

Darcilia M. P. Simões (org.)

somente um dos modos em que se reage ao
insurgir de uma resistência (ib., p.40).

A famosa tese de Eco no *L'ornitorinco* é que o ser – a natureza feita ser, o ser em natureza – apresenta algumas linhas de resistência ou de tendência. E essas aparecem mesmo na relação entre o ser e a linguagem:

(...) ao inventar nomes (cuja extensão podemos sempre rever e corrigir) *alguma coisa* de resistente nos impulsionou. “Não vale a objeção de que a biotecnologia poderia um dia tornar obsoletas essas linhas de tendência: o fato de que para violá-las necessita-se de uma tecnologia (que por definição altera os limites naturais) significa que os limites naturais existem” (ib., p. 38).

Em outros termos diz Eco: “O ser pode não ter um sentido, mas *possui alguns sentidos*; talvez não alguns sentidos obrigatórios, mas certamente alguns *sentidos proibidos*. algumas coisas que não se podem dizer” (ib., p. 39).

Através desse jogo de contínuas negações de afirmações e afirmações de negações Eco introduz a sua ideia de uma Lei ou um Deus em negativa, que *se manifesta negando*:

A aparição dessas Resistências é a coisa mais próxima que se possa encontrar, antes de cada Filosofia Anterior ou Teologia à ideia de Deus ou de Lei. Certamente é um Deus que se apresenta (se e quando se apresenta) como pura Negatividade, puro limite, puro “No”, isso de que a linguagem não deve ou não pode falar. (ib., p.39)

Em suma, talvez não se possa mais apegar-se à ideia de uma “ordem da natureza”, uma “Ordem dura” (SE, p. 40), por se *verificar* uma vez por todas, mas podemos nos satisfazer com um *ser* ou uma *natureza*, que fazendo resistência à linguagem se demonstra capaz de negar o seu ser “puro Caos”, um caos do qual conseqüentemente poder-se-ia postular qualquer coisa (ib., p.40).

O ser-natureza com as suas linhas de tendência, os seus limites naturais, talvez não seja mais espaço de regularidade absoluta, mas se torna – e por certos versos se deveria dizer permanece - *espaço de negação da desordem e da irregularidade*.

Esse êxito do pensamento equiano está saturado de implicações que merecem ser mais bem analisadas lançando mão também de outros instrumentos da Semiótica gerativa. Se, por um lado, de fato resulta evidente como o espaço extrassemiótico do *Tratado ao Ornitorrinco* passe de um traço de *ordem* a um de *não-ordem*, por outro se pode desenvolver uma análise semionarrativa e discursiva que nos torna ainda mais compreensíveis as refinadas implicações da visão equiana.

Se de fato analisamos o capítulo “Sobre o ser” como uma narração que é ao mesmo tempo *discurso científico* e *mito fundador*, podemos afirmar que isso o que é colocado em cena é um epocal e titânico embate entre dois Sujeitos antagonistas, que se combatem na tentativa de se poder unir com os respectivos Objetos de Valor: por um lado o Sujeito *ser-natureza* propenso ao valor “verdade” que se embate com o Anti-Sujeito, o *dizer*, propenso, ao invés, à procura da

“liberdade”. O ponto, nem tanto fácil de ser advertido, mas decisivo, é que essa peroração da verdade do ser contra a brama da liberdade do dizer é dita, é feita através do mesmo dizer (como o próprio Eco indiretamente admite “O ser não nos diz nunca não, senão por nossa metáfora”, *ib.*, p. 42). Por isso, nos parece que as relações de Sujeito e de Anti-sujeito – entendidos como pontos de vista sobre o valor – não são facilmente atribuíveis e o *Ser*, mesmo nessa sua luta, se “satisfaz” não ao derrotar o *dizer*, mas simplesmente ao “limitá-lo”, ao lhe por alguns vínculos. O fato de que o sentido desses vínculos, dessas resistências, em traços apareçam, nos permite, “pelo próprio bem do dizer” e de quem o usa, leva a presumir que o *ser-natureza* ao fim do percurso narrativo possa assumir o papel actancial do adjuvante do *dizer*.

Desse pano de fundo emergem alguns Destinadores muito particulares. O *ser-natureza* tem às suas costas uma espécie de pantheon que se agrupa seja à Lei, seja a Deus, unidos em realidade pela dependência deles por um Destinador ainda mais abstrato, a “pura Negatividade” de que são somente Destinadores delegados. É verdadeiramente intrigante e vertiginoso experimentar pensar como pode uma “pura Negatividade”, que diz somente “Não”, ser ao mesmo tempo um Destinador obrigado a fazer-fazer alguma coisa se bem que este fazer-fazer seja mirado a não-fazer-fazer (e então a “fazer-fazer o não fazer-fazer”).

De outro lado, o *dizer* parece ter às suas costas a Linguagem e, por extensão, a Semiótica (entendida não como disciplina, mas como faculdade ou, para evitar posteriores ambiguidades, como potência de expressão). E, todavia, como Eco nos ensinou desde o *Tratado*, essa potência semiótica se funda, se descobre e se revela em toda a sua importância exatamente através da “mentira” (Veja-se a definição dos Poetas, “mentirosos por vocação”, *ib.*, p.42). O Destinador do

dizer, o Destinador tentador que o move em direção à abolição de cada limite e resistência, seria então não tanto ou não simplesmente a Linguagem ou a Semiótica, mas a Mentira (a *possibilidade de mentir*) que funda de maneira frequentemente inadvertida a mesma possibilidade de dizer, de se exprimir.

E, todavia, ainda mais profundamente a mover a fila do todo nos seria a “falta de moderação do nosso desejo”, a *tentação* da “liberdade absoluta” (ib., p. 42), que expõe, como diria Eco em nota, “ao risco do mal (...) cada nossa afirmação de liberdade” (ib., p. 391).

Existe então uma questão ética e moral a fechar a narração e que parece pedir (ou impulsionar) para ouvir o ser. Um ouvir que pode ser entendido em sentido forte como respeito dos “limites naturais” os quais seriam dados, assim como emerge, por exemplo, na passagem sobre a biotecnologia. Ou em sentido frágil como autoeducação ao *sentido do limite*. É nesse segundo caso que o *ser-natureza* mais do que ocupar a relação de um antagonista do *dizer* aparece como um seu aliado, parte essencial de um sentido de responsabilidade (discursivamente implícito) o qual deveria fundar tanto a pesquisa da verdade quanto o uso da liberdade⁶⁵.

⁶⁵ Talvez, o que seria interessante de se perguntar, jogando sobre o fio da aporia, é se a mesma liberdade – à qual o ser natureza deve por limites – não seja ela também natural. Temos efetivamente falado de *tentação* à liberdade absoluta, mas Eco fala mais precisamente de um “nosso *tender* a uma liberdade absoluta” (ib., p. 42, cor. nos.) que poderia sem dúvida recordar aquelas linhas de tendência do ser-natureza que fundam o seu discurso.

Qual é então a isotopia dominante da reflexão equiana? Isso se pode entender mesmo tendo em mente o ponto de partida oferecido pelo realismo peirciano. De fato, ali onde o realismo de Peirce, por exemplo, aquele ensaio “A ordem da natureza”, de 1878, conta-nos a história de um inevitável *progresso*, de um triunfal *avanço* do conhecimento da semiose⁶⁶, Eco, ao invés, em *Kant e l'ornitorinco* “fala-nos” de uma devida *contenção*, de uma responsável *limitação* das potencialidades do dizer e da própria semiótica.

A mesma correlação entre o espaço extrassemiótico e aquele semiótico, o qual no *Tratado* e no *Lector* se apresentava, se bem que com esfumaturas diversas daquelas as quais temos experimentado dar conta, sob as formas de *reprodução*, transforma-se, aqui, em uma relação que definimos como indicação.

Para dizê-la tomando as partes do extrassemiótico, isso não é mais a *natureza* que pede para ser reproduzida, mas o *ser* que pede para ser seguido nas suas linhas de tendência, através do respeito às indicações das suas linhas de resistência.

A natureza, todavia, não indica in positivo ou in negativo. Não indica como o dedo apontado mostra o caminho, mas antes como o dedo levantado e oscilante que diz “Não, isso não se faz”. Percebida *do ponto de vista do ser*, a cultura mais do que produzir signos indicais deve deter traços das indicações dadas pelo real. Mas, isso cabe a um *sujeito* aparentemente fraco e, todavia, chamado a um dever pragmático e eticamente forte. O sujeito tradutor é levado à

⁶⁶ Temos desenvolvido por extensão a análise desse texto de Peirce In: Sedda: 2012.

fidelidade⁶⁷, às indicações expressas pelos limites do *texto natural*, mas não é vinculado a elas. As indicações podem também não ser respeitadas e podem até mesmo ser não entendidas ou voluntariamente subentendidas. Em cada caso a indicação chama em causa uma subjetividade pragmático-moral capaz de traduzir as linhas de tendência e de resistência da natureza, através de um complexo jogo de hipóteses e fidelidades.

Articulações do Semiótico

O espaço extrassemiótico se define em relação ao espaço semiótico. Como o dissemos e o intuímos. E, todavia, pelas exigências expositivas, preferimos caracterizar as transformações na modelização do espaço extrassemiótico por parte de Eco, antes de nos determos algumas vezes para deduzirmos como contextualmente era articulado o espaço semiótico.

Trata-se de um trabalho complexo que aqui, em seguida, experimentaremos delinear somente algumas articulações. Antes, porém, são necessárias ao menos duas considerações. A primeira é que não existe um isomorfismo perfeito no ritmo das transformações das definições do espaço extrassemiótico e daquele semiótico, apesar de existirem, evidentemente, algumas fortes correlações entre as transformações de um e de outro. A segunda aponta para a

⁶⁷ Veja-se nesse sentido a confirmação da centralidade do tema da fidelidade no livro que Eco dedica à experiência da tradução (Eco, 2003).

necessidade de notar que enquanto definições do espaço extrasemiótico tendem, pouco a pouco, a deslizar e a se substituir; aquelas do espaço semiótico se estratificam e tendem a conviver, criando um efeito de aprofundamento e articulação.

Cabe dizer, enfim, que por motivos de espaço na análise que levaremos à frente, nesta segunda parte, não nos deteremos tanto nas complexas implicações de cada particular tomada de posição teórica. Procurar-se-á, antes de mais nada, mostrar como as diversas articulações do espaço semiótico, que nos foram oferecidas pelas diversas obras de Eco, descrevem, ao modo delas, um percurso, e, nesse sentido, desenvolvem um discurso semiótico e político ao mesmo tempo em que leva a dizê-la no modo mais veloz e alusivo possível da Guerrilha à Caridade.

Críticas Contradições

Vimos como o espaço extrasemiótico seja por certos versos e dentro de certos limites o espaço de uma “ordem objetiva dos fatos” (Eco, 1975) e de uma natureza saturada de tendências e de regularidades que esperam ser verificadas (Eco, 1979). Podemos-nos perguntar a esse ponto qual seja a “natureza” do espaço semiótico do ponto de vista de Eco. E se essa natureza esteja a seu modo ordenada ou, para dizer de outra maneira, seja o lugar da manifestação de alguma ordem.

No final do *Tratado* encontramos a tal propósito alguns importantes acenos para o início da nossa reflexão, o primeiro, fortemente evocativo, religa-se à crítica social e da ideologia e convida à análise semiótica como “indagação sobre a natureza contraditória do universo semântico” (ECO, 1975, p. 371).

Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco.

Se a ideologia é uma forma de simplificação que produz uma falsa ordem ou diretamente uma contradição que consegue não se fazer aproveitar como tal, a semiótica, fazendo-se práxis social e política, deverá mostrar “quanto o universo semântico esteja o mais complexo daquele que as ideologias queriam fazer crer” (ibidem).

A um espaço extrassemiótico ordenado parece então responder um universo semiótico contraditório. Olhando um pouco além, ou chegando à última página do *Tratado*, damos conta, todavia, que a natureza do universo semântico é muito mais do que contraditório: é uma natureza *autocontraditória*.

Obviamente quando os sujeitos empíricos são capazes de criticar o ordenamento ideológico dos sistemas de significação, está se verificando alguns casos de concreta prática social, mas esse ato tornou-se possível a partir do fato de que o código pode criticar a si mesmo por causa da natureza contraditória do Espaço Semântico Global. Quando se assegura que não existe metalinguagem, equivoca-se na teoria dos códigos e da produção signíca: os sujeitos empíricos podem *usar* metalinguisticamente os códigos, mesmo por que *não existe metalinguagem: por que tudo, em um sistema autocontraditório, é metalinguagem*. Se o formato do Espaço Semântico Global é aquele delineado pelo modelo Q então o *sujeito profundo de cada prática concreta semiótica é o mesmo formato contraditório* (ib., p. 378).

Essa posição será reforçada e explicitada no *Lector* onde Eco diz claramente: (...) no *Tratado* (2.12 e 2.13) procura-se demonstrar como o Universo Semântico Global

Darcília M. P. Simões (org.)

não possa nunca ser descrito exaustivamente porque constitui um sistema de inter-relações em contínua evolução e fundamentalmente autocontraditório (Eco, 1979, p. 131).

Não é ao acaso, portanto, que o *Lector* conclua-se com a análise do conto de Alphonse Allais *Un drame bien parisien*. Eco de fato *Drame* faz parte daquela série de textos cujo “objeto crítico”:

É a máquina da cultura, aquela mesma que permite a manipulação das crenças, que produz ideologias e titila a falsa consciência permitindo nutrir sem tomar consciência das opiniões contraditórias. É a máquina que produz e faz circular as *endoxas*, que permitem aos discursos persuasivos manobrar, por exemplo, o *topos* da qualidade juntamente aos *topos* da quantidade, sem nunca deixar entrever a contraditoriedade de o próprio proceder. Os textos como *Drame* nos dizem muito sobre a circulação da semiose, sobre modalidades do *fazer-crer* e do *fazer-fazer* (...) (ib., p.216).

Não por acaso Eco define *Drame* com o termo de metatexto, ou seja, de um texto que, ao se tornar metalinguagem, joga com a autocontraditoriedade do Universo Semântico Global, que produz e manifesta no metanível aquela contraditoriedade que é própria da cultura, de modo que o Leitor se aperceba disso: [*Drame*] exhibe diretamente o processo das próprias contradições. Torna-se a primeira vítima de si mesmo para nos convidar a não tornar vítimas dos objetos textuais de que implicitamente revela as tramas (ib., p. 217).

Pode-se perguntar se o *Tratado*, com a sua vontade de revelar semioticamente o mecanismo autocontraditório da

Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco.

cultura, não seja o homólogo teórico de *Drame*. Deixamos de lado, todavia, a questão para notar como essa autocontraditoriedade venha descrita dentro do *Tratado*. Falando do modelo Q Eco diz:

Como se vê, esse modelo prevê a definição de cada signo graças à interconexão com o universo de todos os outros signos em função de interpretantes, cada um deles pronto a se tornar o signo interpretado por todos os outros: o modelo na sua complexidade se baseia sobre um processo de SEMIOSI ILIMITADA. Por um signo assumido como *type* é possível percorrer, do centro à periferia mais extrema, todo o universo das unidades culturais, cada uma das quais pode se tornar a sua vez centro e gerar infinitas periferias (ECO, 1975, p. 176).

Tanto que, inserindo as idiosincrasias daquele que interpreta dentro do processo de semiose, chega-se até a seguinte exemplificação:

Podemos imaginar as singulares unidades culturais como um número altíssimo de bolinhas contidas em uma caixa: agitando a caixa verificam-se diversas configurações, aproximações e conexões entre bolinhas. (...) de acordo com o humor, do conhecimento anterior, das próprias idiosincrasias, cada um poderia ser em condições de chegar partindo do lexema centauro à unidade “bomba atômica”, ou a “Mickey Mouse” (Ib).

Todavia, Eco parece dar-se conta que essa descrição do Universo Semântico Global em toda a sua idiossincrasia autocontraditória pode efetivamente legitimar uma incontrolada *deriva da semiose*. O que de fato acontecerá através de algumas interpretações extremas da *desconstrução*.

É também por isso que a esse universo cultural aparentemente *desordenado*, voltado à deriva de uma semiose ilimitada idiossincrática, responde o mesmo Eco, desenvolvendo o exemplo há pouco fornecido:

Mas nós estamos procurando um modelo semiótico que restitua razão às conotações convencionalmente atribuídas a um lexema. E então deveríamos pensar em algumas bolinhas magnetizadas, que estabelecem um *sistema de atrações e repulsões*, de modo que algumas se aproximam e outras não. Uma semelhante magnetização reduziria a possibilidade de inter-relações. Ela constituiria um s-código (p. 176).

Assim fazendo, Eco reconduz em primeiro plano uma dimensão de sistematicidade e de organização estrutural apesar de que não ontológica, mas um tanto ligada à inércia histórico-social das correlações entre expressões e conteúdos, retira a semiose da desordem que ele *em princípio e em abstrato* parece ser. O que é interessante notar é que ao menos aqui, no *Tratado*, esse assunto não nos leva em um espaço cultural de pura ordem. Exatamente como *Drame* não é o lugar de uma ordem, mas antes uma contradição exposta a fim de contrastar a autocontraditoriedade da máquina da cultura, assim as sistematicidades do espaço semântico que emergem uma vez que esse é colocado nas dinâmicas da realidade histórico-cultural, não anulam a desordem, mas negam o seu movimento abstrato de deriva sem limites e sem

sentido. O *Tratado*, como *Drame*, não resolve a contradição, mas através da sua complexa articulação conceitual interna – que como vimos leva *in nuce* uma tensão contraditória também na mesma definição do espaço extrassemiótico – experimenta negar a autocontraditoriedade do Universo Semântico Global revelando-a, mostrando-a, refletindo em coma, dentro e através dela.

Um Pouco de Consenso

A esse movimento o qual vai *da desordem* do Universo Semântico Global à *negação da desordem* que as concretas estruturações da cultura nos oferecem, através da produção de metatextos os quais (mesmo não sendo isentos das suas próprias contradições) se põem como atos *críticos* de uma autocontraditoriedade que ideologicamente se nega, acrescenta-se a um movimento simétrico presente na *Semiótica e Filosofia da Linguagem*, de 1984.

No capítulo “*Dizionario versus enciclopedia*” que retoma e atualiza os termos do pensamento equiano nos encontramos de fato diante de uma interessante *prega* do discurso equiano sobre a definição do *espaço semiótico*. Uma *prega* que parece favorita da renominalização, que não aparece aqui pela primeira vez, do *Universo Semântico Global* nos termos de uma bem mais concreta *Enciclopédia*:

(...) ela é o conjunto registrado de todas as interpretações, concebíveis objetivamente como a livreria das livrerias, onde uma livreria é também um arquivo de toda a informação não verbal de algum modo registrada, das

Darcília M. P. Simões (org.)

pinturas rupestres às cinéticas (Eco, 1984, p. 109).

Bem-entendido, Eco não está de todo negando o postulado de um espaço semântico - aqui chamado de enciclopédia – precursor na sua irrepresentável, mutável e abstrata totalidade de ser portador de interpretações contraditórias sobre as quais se pode apontar criticamente a atividade textual (ib.). O ponto é que, como o próprio Eco disse, a enciclopédia é *também* isso. Mas é *também* qualquer outra coisa.

(...) a enciclopédia é uma hipótese regulativa em base a qual, na ocasião das interpretações de um texto (seja ele uma conversação na esquina de uma estrada ou a Bíblia), o destinatário decide construir uma *porção* de enciclopédia concreta que lhe permita atribuir ao texto o ao emissor uma série de competências semânticas (ib., p. 111).

A enciclopédia já é então um depósito de *instruções* para a sua *ativação local*. A enciclopédia global já é feita de enciclopédias locais, quanto menos potenciais. O ponto é que essas enciclopédias locais assumem a forma daquilo que o conceito de enciclopédia no seu alcance teórico geral tinha vindo a contrastar, ou bem o modelo semântico à árvore ou *dicionário*: “Parece assim que a organização ao modo de dicionário seja a maneira em que podemos representar localmente a enciclopédia” (ib., p.130).

Estamos diante de um radical deslocamento de fogo e a uma nova pregação do discurso equiano. Ambos são magistralmente condensados nesta passagem: “Se a enciclopédia é um conjunto não-ordenado (e potencialmente contraditório) de marcas, o ajustamento lexical que pouco a

pouco se lhe confere ensaia reduzi-la, transitoriamente, a alguns conjuntos o quanto mais possível hierarquizados” (ib., p.132).

Como se vê, o espaço semiótico não se estende mais, como no *Tratado* e no *Lector* entre uma dimensão de *desordem* e uma que procura negá-lo (*não-desordem*) mesmo enquanto o repropõe em forma crítica. Nesse passo de *Semiótica e Filosofia da Linguagem* vai-se ao invés da *não-ordem* da enciclopédia à *ordem* (hierárquica) do dicionário. Certamente, Eco com grande habilidade deixa transparecer o movimento precedente, através das fórmulas do “potencialmente contraditório” e de uma hierarquização que é tão só “transitoriamente” e “o quanto mais possível”. Todavia, o plano constituído pela desordem semântica e de sua imperfeita negação torna-se aqui o fundo sobre o qual se talha uma outra figura, uma figura que é a inversão simétrica da crítica: o *consenso*.

O movimento, a articulação profunda do texto, fala-nos de fato da difícil neutralização da crítica e a ativação (se não a conquiste) de um pouco de consenso:

A organização local de um dicionário estabelece quais, entre as propriedades precedentemente atribuídas a uma certa unidade de conteúdo, não devem ser colocadas em crise no âmbito de um certo discurso, por que cada discurso (cada contexto) pressupõe algumas noções como ‘pacificamente aceitas’.(...)

Darcilia M. P. Simões (org.)

Nesse sentido, então, organizamos um dicionário cada vez que queremos circunscrever a área de *consenso* entre a qual um discurso se move (Ib., p. 132).

Não é difícil notar que ali onde o discurso do *Tratado* e do *Lector*, através da abstrata articulação do espaço semiótico, prosseguia traduzindo o discurso da *guerrilha semiológica*, no livro *Semiotica e Filosofia del Linguaggio*, ao contrario, encontra diante da elaboração de uma *pax semiotica* que experimenta tirar, cada vez, e a partir das mesmas condições de não-ordem do espaço enciclopédico, instruções para a construção de áreas de consenso que são ao mesmo tempo espaços hierárquicos, espaços de ordem.

Que nos encontramos presos em um movimento *simetricamente inverso* ao precedente o que nos testemunha a mesma mudança de função dos textos e da semiótica que os estuda:

Uma semiótica textual estuda também as regras em base as quais o intérprete de um texto, sobre a base dos 'sinais' contidos naquele texto (e talvez na base de um conhecimento precedente) decide qual seja o formato da competência enciclopédica necessária a afrontar aquele texto, O que estabelece também a discriminante entre interpretação de um texto e *uso* indiscriminado do mesmo (ib., p.110).

O texto (e com ele a Semiótica) não é mais visto, ao menos em primeira instância, como o lugar de contestação uma interpretação dada, de crítica das suas contradições escondidas através das novas e mais frutuosas contradições. O texto é isso que a partir da sua organização interna e pelos sinais que a manifestam ativa (ou ajuda a ativar) as corretas porções de enciclopédia necessárias para a sua própria

interpretação. Estas porções vêm caracterizadas dentro daquele espaço não-ordenado e potencialmente contraditório que é a enciclopédia e a exigência de um consenso, instituída e instruída pelo próprio texto, limita a possibilidade de reproduzir e fomentar a contraditória deriva das interpretações. Uma deriva que mesmo enquanto é potencial e constantemente possível, mesmo enquanto ameaça como demonstram os casos da semiose hermética ou da própria desconstrução, necessita de limites, como Eco reafirma com força nos *I limiti dell'interpretazione*(1991) [*Os Limites da Interpretação*].

Vale a pena reafirmá-lo. A forma assumida pelo espaço semiótico em *Semiotica e Filosofia del Linguaggio* [*Semiótica e Filosofia da Linguagem*], aquela que articula o movimento de uma não-ordem a uma ordem, parece ser o contrapeso àquele movimento que para negar a desordem deveria expô-lo enquanto tal, de algum modo criticando-o e relançando-o ao mesmo tempo. O ponto que aqui nos parece necessário aprofundar é como se chegou a essa aparente reviravolta.

Necessita-se de Razoabilidade

Para dar conta dessa passagem devemos velozmente imergir-nos em um texto por mais versos liminares. Um texto surgido em uma versão anterior em 1983 e posteriormente republicado em 1985. Trata-se de “L'antiporfirio” tornado público no volume organizado por Gianni Vattimo e Pier Aldo Rovatti *Il pensiero debole* [*O Pensamento Débil*] e depois inserido como fechamento do volume de Eco *Sugli specchi*.

O que é interessante de *L'antiporfirio*⁶⁸ é que nas suas densíssimas páginas dedicadas a “L'enciclopedia come labirinto” [“A enciclopédia como labirinto”] nos expõe diretamente a articulação-passagem entre um espaço semiótico desordenado (aquele dos quais ganham forma o *Tratado*, o *Lector*) um ordenado (como aquele a que se chega em *Semiotica e Filosofia del Linguaggio*).

Para se dar conta disso, basta considerar a descrição daquele objeto-conceito que se encarrega contemporaneamente de contrastar a hierarquização binária da árvore de Porfirio e da representação àquele que em um tempo era o Universo Semiótico Global e agora é a enciclopédia enquanto labirinto. Trata-se daquele *rizoma*, no pensamento de Deleuze e Guattari, que Eco evocará também em *Semiótica e Filosofia da Linguagem*, mas sem a radicalização que ele vem a assumir no *L'antiporfirio*. Uma radicalidade que reside em boa parte na capacidade do rizoma *de aproximar-se ao máximo, mas sem romper, a relação de contrariedade entre um espaço semiótico feito de contradições que alimentam contradições* e um espaço semiótico feito de *ordem hierárquica*, como demonstra a seguinte passagem:

(...) uma rede de árvores aperta em cada direção cria rizoma, o que significa que cada seção local do rizoma pode ser representada como uma árvore, sempre que se saiba que se trata de uma ficção devido a razões de comodidade provisória; não se dá descrição global do rizoma, nem no tempo nem no espaço; o rizoma justifica e encoraja a

⁶⁸ ECO, Umberto. O antiporfirio. In: ECO, Umberto. Sobre os espelhos e outros ensaios. Trad. Beatriz Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 316-341.

Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco.

contradição; (...) no rizoma é da mesma forma verdadeiro afirmar que *se p então q* e *se p então não q*; do rizoma se dão sempre descrições locais (Eco, 1985, p. 359).

Como e por que se passa, então, da enciclopédia que com as palavras de D'Alembert, citadas por Eco, aparece saturada de desordem, a esses espaços locais marcados por uma ordem aparentemente extrema? Pelo senso do limite, ou ainda melhor pela admissão de uma consciente e feliz fraqueza.

Isso que torna frutuosamente fraca a enciclopédia é o fato de que ela não se dá nunca representação definitiva e fechada, e que uma representação enciclopédica nunca global, mas sempre local, mostrada em ocasião de determinados contextos e circunstâncias, constitui uma prospectiva limitada sobre a atividade Semiótica. Como veremos em seguida, se o modelo enciclopédico dispõe algoritmos, esses algoritmos não podem ser outra coisa senão míopes, como aqueles que consentem percorrer um labirinto. A enciclopédia não fornece regras de *racionalidade* (não reflete em modo unívoco um universo ordenado), mas fornece regras de *razoabilidade*, isto é, regras para contratar a cada passo as condições que nos permitem usar a linguagem para dar razão – segundo algum critério provisório de ordem – de um mundo desordenado (ou cujos critérios de ordem nos fogem) (p. 356-357).

A crise de um modelo forte de racionalidade, mas também de um modelo forte de subjetividade política-

Darcilia M. P. Simões (org.)

ideológica, abre realmente o campo à emersão de um sujeito (semiótico) situado, a tal ponto situado de ser quase cego:

(...) em uma estrutura rizomática privada de externo, cada visão (cada prospectiva sobre ela) provem sempre de um seu ponto interno e, como sugere Rosentiehl, esse é um *algoritmo míope*, cada descrição local tende a uma mera hipótese sobre a globalidade, no rizoma a cegueira é a única possibilidade de visão, e pensar significa mover-se às apalpadelas, e, isto é, conjunturalmente (ib., p. 359).

Também aqui, na passagem extrema e repentina do ser parte, enquanto sujeitos semióticos ou semiopolíticos, de um rizoma com a sua proliferante contraditoriedade e o contemporâneo mover-se em si mesmo somente a apalpadelas, mede-se o salto – que é conjunção – radical entre *desordem global* e *ordem local* que Eco nos está descrevendo.

Bem-entendido, a ideia de que o sujeito da Semiótica viesse um *sujeito situado*, e então não pudesse fugir do pântano da ideologia, o que já tinha sido confirmado na abertura do *Tratado*. E, todavia, somente agora aquela “situalização” parece ser levada às extremas consequências. Se a crítica ideológica pressupõe uma visão - visão ao mesmo tempo do futuro e do justo – diante da constatação de uma inevitável fraqueza, de uma totalidade que pode apenas fugir e permanecer, não resta nada senão a cegueira. Considerada por esse ponto de vista a *razoabilidade* evocada e procurada por Eco, o bom senso que faz passar da desordem (que, note-se, a esse ponto é do *mundo*, figura a metade do caminho entre a natureza e a cultura, o real e o semiótico) a uma ordem ao menos provisória, não é tanto uma forma enfraquecida de racionalidade, mas uma forma reencontrada

de orientação, de sentido, de esperança, contudo mínima e hipotética.

É a partir dessa razoabilidade reencontrada que se abre a possibilidade de um consenso. Mas no fundo talvez ainda de uma forma de crítica. Diferente.

Negociando, por Caridade

Com *Semiótica e Filosofia da Linguagem* abre-se então um espaço para a pesquisa do consenso. Mas um consenso que não seja obediente e não abdique a alguma forma de (razoável) crítica, que não pode ser senão o fruto da contradição, ou ainda melhor de uma *negociação*. É mesmo esse êxito a que Eco chega em *Kant e l'ornitorinco* (1997). Agora negociação significa uma deliberação que é conflito de interpretações, muito habitualmente jogado dentro de relações de força, por dizer pouco assimétricos, como aquele que está sobre o fundo do reconhecimento do cavalo levado pelos *conquistadores* da parte dos astecas (ib., p.107 e sgg.).

Estamos então de novo dentro de um espaço da desordem, pelo menos potencial? Não, segundo Eco, por que como se recordará o realismo negativo desenvolvido no *L'ornitorinco* coloca limites e indica algumas direções. Circunscreve o campo e as possibilidades do conflito, através do reconhecimento de *uma base dura do ser* entorno a qual se conflita. E a que então correlativamente se ancora, a respeito daquilo em que concordam.

O ornitorrinco, o animal, e a luta pela definição de sua categoria, seria a melhor testemunha disso:

Darcilia M. P. Simões (org.)

A história do ornitorrinco é a história de uma longa *negociação*, e nesse sentido é exemplar. Mas existia em uma base da negociação, e era que o ornitorrinco aparecia símile a um castor, a uma pata, a uma toupeira, mas não a um gato, a um elefante, ou a um avestruz. É preciso se render à evidência de que existe um componente icônico da percepção, a história do ornitorrinco nos diz isso. (ib., p.216).

Poder-nos-emos perguntar a esse ponto quanto o apoio constituído por uma *referência perceptiva comum* possa ser útil no momento em que o espaço semiótico não se articule em relação e entorno àquela *negação da desordem* que o ser-natureza constitui. Em outros termos, a que base do ser e a qual espaço de negociação podemos-nos apelar diante das idiossincrasias do *outro* que nos contesta e parece estar diante de nós?

O percurso de Eco chega aqui a uma ulterior declinação tanto do conceito de enciclopédia quanto dos limites a partir de que respeito se pode articular o nosso interpretar. Um intérprete que pode unicamente encontrar na compreensão do outro – nas suas palavras, no seu pensar diversamente – a sua base firme. Um interpretar que implica *respeito* e que não pode senão que solicitar um certo grau de *caridade*:

Em qualquer tipo de interação comunicativa é certamente necessário pressupor e inferir o formato da enciclopédia individual daqueles que nos falam, caso contrário lhe atribuiremos intenções (e saberes) que não possuem. No fundo é por isso que se ativa tão frequentemente o *princípio da caridade* (Eco, 2007, p. 77).

Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco.

Mas não se trata certamente de uma caridade complacente ou condescendente. A coisa interessante, e talvez irônica, é de fato que é esse mesmo princípio de caridade o qual Eco aplica em *A passo di gambero* (2006) quando quer tentar compreender os protagonistas da política e da contemporaneidade. Para poder melhor criticá-los. E combater. Continuando uma razoável e também apaixonada guerrilha semiológica.

Referências

Eco, U., *Opera aperta*, Milano, Bompiani. 1962.

_____. *Tratado di semiotica generale*, Milano, Bompiani. 1975.

_____. *Lector in fabula*, Milano, Bompiani. 1979.

_____. *Semiotica e filosofia del linguaggio*, Torino, Einaudi. 1984.

_____. *Sugli specchi*, Milano, Bompiani. 1985.

_____. *I limiti dell'interpretazione*, Milano, Bompiani. 1990b.

_____. *Kant e l'ornitorinco*, Milano, Bompiani. 1997.

_____. *Dire quasi la stessa cosa*. Esperienze di traduzione, Milano, Bompiani. 2003.

_____. *A passo di gambero*, Milano, Bompiani. 2006.

_____. *Dall'albero al labirinto*. Studi storici sul segno e l'interpretazione, Milano, Bompiani. 2007.

_____. "Di un realismo negativo", in *Bentornata realtà*. Il nuovo realismo in discussione, a cura di M. De Caro e M. Ferraris, Torino, Einaudi, p. 93-112. 2012.

Faccani, R., Eco, U., a cura, *I sistemi di segni e lo strutturalismo sovietico*, Milano, Bompiani. 1969.

Darcilia M. P. Simões (org.)

Peirce, C. S., *Opere*, a cura di M. A. Bonfantini, Milano, Bompiani. 2003.

Ricoeur, P., Greimas, A.J., *Tra semiotica ed ermeneutica*, a cura di F. Marsciani, Roma, Meltemi. 2000.

Sedda, F., “Gli eccettera dell’universo, le viscere della cultura, sulle molte nature della semiótica”, In *Semiotica della natura* (Natura della Semiotica), a cura di G. Marrone, Milano, Mimesis. 2012.